

**AFROBRASILIDADES OU BRASILAFRICANIDADES EM LITERATURA: idas e voltas; fluxos e refluxos; versos e reversos**<sup>1</sup>

**Flavio García**<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao indicar a importância das medidas legislativas e executivas que passaram a incluir a percepção das culturas africanas na constituição de nossa brasilidade, o artigo destaca a projeção das literaturas africanas de língua portuguesa no ensino de Letras, trazendo ao debate temas tais quais os traumas vividos ao longo dos tempos pelos membros da “raça negra”. Privilegiando as misturas entre Brasil e Moçambique, o artigo enfatiza a importância que os escritores brasileiros tiveram para o encontro de uma identidade literária nacional luso-africana. Na eleição de Mia Couto e das influências nele de nomes como João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, Adélia Prado, Jorge Amado e, mais especialmente, de João Guimarães Rosa, observa-se, tal como Mia Couto, a semelhança entre duas nações que se percebem como trazendo dentro de si diversos países profundamente divididos entre universos culturais e sociais variados tanto quanto ainda desconhecidos por sua própria população.

**Palavras-chave:** Mia Couto. Identidade literária. Brasil-África. luso-afro.

**Abstract:** Indicating the importance of the legislative and executive measures that included the perception of the African cultures in the formation of our Brazilian nationality, the article highlights African literatures in Portuguese in the teaching of Language Arts, which brings to the debate themes such as the traumas experienced over the years by the members of the “black race”. Privileging the mixture of Brazil and Mozambique, the article emphasizes the importance that the Brazilian writers had on the formation of a literary Luso-African identity. From the election of Mia Couto and the influence he got from names such as João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, Adélia Prado, Jorge Amado, and, especially, from João Guimarães Rosa, this work notices, just like Mia Couto, the similarity between two nations which see themselves as holding in their core several different countries divided between varied cultural and social universes that are still unknown by their population.

**Key-words:** Mia Couto. Literary Identity. Africa-Brazil. Luso-African.

<sup>1</sup> O texto foi apresentado na mesa “Africanidades e Brasilidades: literatura” por ocasião do I Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: ensino, pesquisa e crítica (I CNAB), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), entre 26 e 29 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Doutor em Letras na PUC-RJ; Professor da UERJ e da UNISUAM, atuando tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, *lato e stricto sensu*. É líder do Grupo de Pesquisa “Nós do Insólito: vertentes da ficção, da teoria e da crítica”, DGP-CNPq E-mail: [flavgarc@gmail.com](mailto:flavgarc@gmail.com).

## **Introdução**

Pretendendo mostrar os avanços e os desafios de um efetivo progresso dos estudos africanos no Brasil e de um maior desenvolvimento da cultura afro-brasileira nas escolas e universidades brasileiras, vimo-nos obrigados a repensar o trajeto das discussões que temos ensejado em torno de algumas expressões literárias da África, que ousamos adjetivar de lusófona, nomeadamente acerca da narrativa produzida pelo escritor moçambicano Mia Couto.

É inquestionável que a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, ao alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ao incluir, no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira, deu ênfase ao estudo da História da África e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Em 2012, quase uma década depois da promulgação da Lei nº 10.639, seguindo aqueles mesmos objetivos lá antes expressos, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, através do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, atualizou o Instrumento de Avaliação de Cursos, utilizado pelos avaliadores do BASis – Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, nas visitas *in loco* que realizam, e acrescentou, logo como segundo item a ser verificado no cumprimento dos Requisitos Legais e Normativos, a inclusão ou não da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas disciplinas e atividades curriculares do curso, fazendo cumprir a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 e a Resolução CNE – Conselho Nacional de Educação/CP – Conselho Pleno 01, de 17 de junho de 2004, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Essas medidas legislativas e executivas foram o móvel de inúmeras alterações que estão sendo feitas em ementas e conteúdos programáticos de disciplinas e em grades

curriculares de incontáveis cursos deste Brasil a fora, seja adequando a Educação Básica e a Média, seja, mesmo, a Superior às exigências legais e administrativas impostas por força de lei. Assim, nesse torvelinho de apregoadas boas intenções vêm acontecendo um sem número de eventos culturais, em sentido lato, e acadêmico-científicos, em sentido próprio, que se têm se debruçado sobre a temática de que trata tal legislação. Logo, as Ciências Sociais e as Humanidades, referenciadas aqui em sua conceituação mais corriqueira e comum, que abarca as Licenciaturas como um todo, a Pedagogia, a História, a Letras, as Artes, e as “logias” em geral – Sociologia, Antropologia, Psicologia etc. – andam bastante ocupadas em dar conta dessa árdua tarefa.

Em decorrência disso, no ensino de História, incluem-se notícias de comunidades – termo, hoje, de significação promíscua, difusa e confusa – negras; resgatam-se as memórias que se querem afirmar quilombolas; tenta-se dar voz e vez ao sujeito *outro* no novo discurso da História, esperando que o negro fale por si mesmo, e não que se fale por ele. No ensino de Letras, pululam as novas disciplinas, cadeiras ou subáreas de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, tanto na Graduação quanto nas Pós-Graduações *lato* ou *stricto sensu* – e, em atitudes que se apregoam politicamente corretas, renega-se a lusofonia como traço de unidade entre Portugal, Brasil, os PALOPs, Timor Leste e os enclaves de Goa e Macau; escritores negros são elevados ao cimo dos pedestais, não apenas ou principalmente pelo valor de sua obra, mas por sua presumível cor da pele negra. Nas Artes, como ensino ou como prática profissional, camufla-se uma reserva de mercado para artistas da raça negra; o objeto de arte produzido pelas mãos negras adquire prestígio diferenciado frente àquele advindo de mãos brancas; as temáticas africanas, afro-brasileiras ou afrodescendentes – termo, este, que nos parece melhor adjetivar a relação do substrato africano no Brasil, em amálgama com as diversidades da terra ameríndia – ganham destaque em quase todas as vertentes das manifestações artístico-culturais da contemporaneidade, veiculando-se nas mais diversas *mídia* que nos cercam o cotidiano. Nas “logias”, quase infinitas na ocorrência singular de objetos e instrumentais teóricos de que se valem e a que recorrem, pesquisam-se as causas e as culpas da pobreza e da violência urbana e social – inevitavelmente correlacionáveis aos escravos que, uma vez libertos, habitaram a periferia das cidades; tentam-se explicar os traumas experienciados ao longo dos tempos pelos seres humanos da raça negra, submetidos à escravidão, ao trabalho forçado, às sevícias, às humilhações, ao abandono no entorno dos

centros de poder – no sentido mais abrangente possível do termo poder em nossa sociedade, criam-se, aqui e acolá, sistemas de quotas e reserva de vagas – vistos, por muitos, como revanchismo fora de época, renovação de preconceitos ultrapassados ou criação de novos guetos, e, por outros tantos, como garantia de privilégios aos menos afortunados (termo, este, de emprego muitíssimo perigoso no contexto desta fala).

O nosso destinatário deve estar se perguntando onde queremos chegar com esse raciocínio aparentemente às avessas, preconceituoso, reacionário, conservador, branco-eurocêntrico ... E já deve estar a ponto de nos aferrolhar em um pelourinho e nos fazer sentir o açoite às costas. E o está assim com razão! Dizemos, pois, onde estamos – em relação espaço temporal –, não é este o discurso que de nós se espera. A não ser que, a tempo de evitar as reações, distingamos, recorrendo às bases estruturalistas de análise da narrativa, a história – que é o que se diz, o que se conta – do discurso – que é exatamente o como se conta a história. E essa distinção teórica de difícil compreensão, já que visa a separar a “cara” da “coroa”, ser-nos-á de grande valia para explicar a inversão de mão em nosso insólito trajeto, que não pretende se ater à luta dos negros no Brasil, à cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, muito menos resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Nosso olhar, que, de outra forma, é um olhar do *outro*, vai mirar para a História da África e dos africanos, vendo nela, ou melhor, na História da Literatura da África de Língua Portuguesa e dos africanos que nesse idioma se expressam, as contribuições que escritores – poetas, narradores ou dramaturgos, tanto faz – e obras literárias brasileiras – em sentido lato – deram à formação, evolução, consolidação e construção de identidade literárias em Angola e, bem especial e especificamente, em Moçambique, terra de Mia Couto.

Como somos, assumidamente, *outro* em relação a *eles*, os africanos, – permutando a posição de sujeito (*eu*) e de objeto (*ele*), e, mesmo, ora ocupando o lugar do destinatário (*tu*) do discurso –, e como lá em África não estamos nem estivemos, não vivenciamos nem experienciamos seja a produção, seja a recepção do seu construto literário, tomaremos de empréstimo a fala de Mia Couto, em seus textos de opinião (*Pensatempos*, 1ª edição de 2005; *E se Obama fosse africano* e outras interinvenções, 1ª edição de 2009; *Pensageiro frequente*, 1ª edição de 2010), que também se assume, mas não exatamente como nós, por razões óbvias

de nascimento, formação e educação, nesse incessante trânsito *eu–ele–tu* que nos é inevitável.

Diz ele:

Eu mesmo sou a prova desse cruzar de mundos e de tempos. Sou moçambicano, filho de pais portugueses, vivi o sistema colonial, combati pela independência, vivi mudanças radicais do socialismo ao capitalismo, da revolução à guerra civil. (...)

Eu cresci nesse ambiente de mestiçagem, escutando os velhos contadores de histórias. (...) Eu queria saber quem eram os autores daquelas histórias e a resposta era sempre a mesma: ninguém. (...) Naquele mesmo chão estavam sepultados os mais velhos, conferindo história e religiosidade àquela relação. (...)

Por aquela razão, aquele momento agia em mim de maneira contraditória: por um lado, me aconchegava, por outro me excluía. Eu não podia partilhar por inteiro daquela conversa entre deuses e homens. Porque eu estava já carregado de Europa, minha alma já bebera de um pensamento. E os meus mortos residiam num outro chão, longínquo e inacessível (COUTO, 2009b. p.123-4).

Contador de muitas histórias, “verdadeiras” ou “falsas”, que habitam o universo de seus textos declaradamente de ficção ou supostamente de opinião (cabe aqui perguntar, sem perder o “fio da meada”, se o ficcionista não tem opiniões ou se suas opiniões nunca são ficcionais. Enfim, cabe questionar o lugar do fatural e do ficcional na obra de Mia Couto, sabendo-se, de antemão, que o ficcional é parasita do fatural, pois, conforme já asseverou Umberto Eco, “os mundos ficcionais são parasitas do mundo real” [1994, p.89]. Aliás, Roland Barthes antecipara-se a Eco, ao dizer, tempos antes dele, que “a literatura (...) é categoricamente realista: ela é a realidade, isto é, o próprio fulgor do real” [s/d, p.18])... Enfim, Mia Couto se propõe a contar “uma história verdadeira”, a qual, aqui apropriada por nós, será o primeiro degrau na escalada que pretendemos levar a cabo nesta apresentação. Assim nos conta ele:

Uma história verdadeira. No deambular do século XIX, uma moçambicana chamada Juliana vivia no sossego da sua pequena ilha, na serena contemplação das águas do oceano Índico. A pacatez de sua vida seria alterada, uma certa tarde em que o pai, um próspero comerciante chamado Sousa Mascarenhas, trouxe para casa um homem doente. (...)

Durante a convalescença, Juliana e o homem se apaixonaram. A ternura de Juliana era devolvida por via de versos rabiscados em folhas dispersas. Pouco tempo depois, os dois se casavam. Nos demorados serões de casa colonial se juntava a gente culta da ilha e o homem declamava poesia. Esses serões faziam nascer o primeiro núcleo de poetas e escritores na Ilha de Moçambique, a primeira capital da colônia de Moçambique. Esse homem era um brasileiro e chamava-se António Gonzaga. (...)

O nascimento da poesia moçambicana está marcado por um encontro que seria bem mais do que um casamento entre duas pessoas. Havia ali uma espécie de presságio daquilo que seria um entrosamento maior que iria prevalecer (COUTO, 2005, p.103-4).

Mia Couto sugere, com esse relato que quer criamos verdadeiro, a gênese da poesia – logo, da literatura – moçambicana. Ela teria nascido do encontro de um brasileiro com uma moçambicana, em terras de África, e seria o prenúncio de “um entrosamento maior que iria prevalecer”. Aliás, em outros “textos de opinião”, o escritor moçambicano vai retomar esse “entrosamento maior”, insistindo, sempre, na importância capital que nós, brasileiros, que nossa literatura, tivemos para o surgimento, o desenvolvimento e a afirmação da literatura nacional moçambicana e, mesmo, em grande parte, angolana. Ele chega a afirmar que a “dívida para com o Brasil começa há séculos atrás, quando Gregório de Mattos e Tomaz Gonzaga ajudaram a criar os primeiros núcleos literários em Angola e Moçambique” (COUTO, 2009, p.65).

Em outro momento, Mia Couto retorna ao mote, que nos dá a primazia de lhes haver “emprestado” um padrão literário próprio, do qual se apropriaram, no sentido etimológico do termo. Segundo o moçambicano:

Mais de um século depois (...) [, do nascimento da poesia nos serões da casa de Sousa Mascarenhas], nascia em Moçambique uma corrente de intelectuais ocupados em procurar a moçambicanidade. Já era, então, clara a necessidade de rupturas com Portugal e os modelos europeus. (...)

Necessitava-se de uma literatura que ajudasse a descoberta e a revelação da terra. Uma vez mais, a poesia brasileira veio em socorro dos moçambicanos. Manuel Bandeira foi talvez o mais importante personagem nesta segunda viagem. Mas Manuel Bandeira não era o único. Com ele vinham outros como Mário de Andrade, partilhando uma pátria despatriada, mas todos tinham em comum a procura daquilo a que chamavam o “abrasileiramento da linguagem”. Os moçambicanos descobriram nesses escritores e poetas a

possibilidade de escrever de um outro modo, mais próximo do sotaque da terra, sem cair na tentação do exotismo (COUTO, 2005, p.104).

Como observou Mia Couto, justificando suas posições acerca da importância que os escritores brasileiros tiveram para o encontro de uma identidade literária nacional luso-africana – termo que aqui insistimos em empregar, sem medo de estarmos sendo politicamente incorretos –, particularmente no caso de Angola e Moçambique, os modernistas das primeira e segunda gerações – poetas e narradores – foram fundamentais, especialmente no que tange às suas relações com a língua portuguesa, língua do colonizador, utilizada ao bem prazer das vanguardas locais. Nas palavras de Mia Couto:

Mário de Andrade escrevia ‘pouco me importa que esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal; o que escrevo é língua brasileira: pelo simples facto de ser a língua minha, a língua do meu país, o Brasil’.

Bandeira não reagia contra Portugal, ele queria sim simplesmente esquecer Portugal. Os brasileiros já se davam ao luxo do esquecimento. Mas essa desmemória não era possível no caso moçambicano. Moçambique era ainda uma colônia. Era preciso ser-se ‘contra’. Como encontrar na arte da escrita uma arma grávida de futuro? Pedia-se um novo encontro, um alimento para ganhar força e esperança para mover a História.

Dessa feita, foram autores como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Raquel de Queiroz e poetas como Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto que serviram de inspiração. Moçambique bebia da alma de outro continente. Dois oceanos não separavam aquilo que a cultura e a História faziam vizinhos (COUTO, 2005, p.105).

E Mia Couto ainda acrescenta que:

Com Mário de Andrade, João Guimarães Rosa é um dos fundadores da identidade territorial e cultural da nação brasileira. Ao contrariar uma certa ideia de modernização, Rosa acabou criando os pilares de uma outra modernidade estilística no Brasil. Ele fez isso numa altura em que a literatura brasileira estava prisioneira de modelos provincianos, demasiado próxima do padrão de literatura portuguesa, espanhola e francesa. De uma similar prisão ansiávamos, também nós, por nos libertar (COUTO, 2009b, p.119).

Separados pelo grande Atlântico, que não se fazia corte profundo, mas costura de ponto duplo e firme, os dois continentes – americano, ao sul, e africano, a oeste – uniam-se, de tal modo tão unidos, que, em África, as influências idas do Brasil chegavam ao leste do continente, banhado pelo Índico, invadindo as terras de Moçambique. Era, lá e cá, uma vontade de expressão contra-hegemônica frente ao modelo europeu, que Mia Couto identifica de matriz portuguesa, espanhola ou francesa. Como ele percebeu:

Vivíamos em Moçambique e em Angola a aplicação esforçada do modelo estético e literário do realismo socialista. Nós mesmos fomos autores militantes, a nossa alma tomou partido e tudo isso nos parecia historicamente necessário. Mas nós entendíamos que havia uma outra lógica que nos escapava e que a literatura tinha razões que escapavam à razão política.

A leitura de Rosa sugeria que era preciso sair para fora da razão para se poder olhar por dentro a alma dos brasileiros. Como se para tocar a realidade fosse necessário uma certa alucinação, uma certa loucura capaz de resgatar o invisível (COUTO, 2009b, p.120).

Da plêiade de escritores invocados por Mia Couto como patronos da literatura nacional moçambicana – ou, mesmo, angolana também –, ele destacará dois em particular. Desses, o primeiro e de especial relevo, por sua obra responder à necessidade de ruptura com a realidade referencial, sustentada em uma prática mimética de primeiro plano – cópia da realidade empírica, física, ôntica –, será João Guimarães Rosa, como acima já se pode perceber. Falando do autor de *Grande sertão, veredas* ou de “A terceira margem do rio”, Mia Couto denuncia que ele:

Insurge-se contra a hegemonia da lógica racionalista como modo único e exclusivo de nos apropriarmos do real. A realidade é tão múltipla e dinâmica que pede o concurso de inúmeras visões. (...) O que ele sugere é a aceitação da possibilidade das muitas pétalas, cada uma sendo o todo da flor (COUTO, 2009b, p.122).

Para Mia Couto,

João Guimarães Rosa criou este lugar fantástico[, o “sertão”], e fez dele uma espécie de lugar de todos os lugares. O sertão e as veredas de que ele fala não são da ordem da geografia. O sertão é um mundo construído na linguagem. (...)

Em Moçambique nós vivíamos e vivemos ainda o momento épico de criar um espaço que seja nosso, não por tomada de posse, mas porque nele podemos encenar a ficção de nós mesmos, enquanto criaturas portadoras de História e fazedoras de futuro. Era isso a independência nacional, era isso a utopia de um mundo sonhado (COUTO, 2009b, p.116).

Enfim, “o sertão é o não-território (...) [,] o seu tempo não é o vivido mas o sonhado” (COUTO, 2009b, p.117). Esse não-lugar – *u-topos* –, que Rosa elabora ficcionalmente, assemelha-se às savanas africanas, lugar do nada, do distante, do fora, daqueles que estão excluídos ou exilados dos centros – centros de poder, decisão, urbanidade etc. A poética roseana permitia ver na literatura uma atitude política da arte, não da política na arte, mas da arte política de dizer o que se quer, de se fazer *poiésis* no sentido mais primevo do termo grego, de dar-se como sentido. Sob esse ponto de vista, Mia Couto diz que:

O sertão de Rosa é erguido em mito para contrariar uma certa ideia uniformizante e modernizante de um Brasil em ascensão. (...)

Também Moçambique vive [, naquele mesmo momento,] a lógica de um estado centralizador, de processos de uniformização linguística e cultural. A negação dessa globalização doméstica é, muitas vezes, feita por via da sacralização daquilo que se chama tradição. (...)

O que a escrita de Rosa sugeria era uma espécie de inversão deste processo de recusa. Tratava-se não de erguer uma nação mistificada, mas da construção do mito como nação (COUTO, 2009b, p.118).

Apesar de estarem a quilômetros de distância, voltados, cada qual, para um oceano diferente, como Mia Couto registrou:

Moçambique e Brasil são países que encerram dentro de si contrastes profundos. Não se trata apenas de distanciamento de níveis de riqueza, mas de culturas, de universos, de discursos tão diversos que não parecem caber numa mesma identidade nacional. A escrita de João Guimarães Rosa é uma espécie de viagem em cima dessa linha de costura. (...) O que ele oferece é um modo de inventar o Brasil (COUTO, 2009b, p.119).

E para inventar o novo sobre o velho – o de agora sobre o de antes –, era necessário (re)agir. No universo literário, conforme lembra Mia Couto, “a transgressão poética é o único modo de escaparmos à ditadura da realidade. Sabendo que a realidade é uma espécie de recinto prisional fechado com a chave da razão e a porta do bom-senso” (COUTO, 2009b, p.117).

A literatura depende, para sua consecução como arte, da concretização do jogo intersemiótico, em que as múltiplas linguagens de que se vale, mediadas pela linguagem verbal em que se veicula, produzam os diversos e diferentes sentidos emanados em cada ato – individual ou coletivo – de leitura. O signo literário, signo semiótico/semiológico, precisa ser traiçoeiro, trapaceiro, imprevisível, decepcionante, diferentemente do signo linguístico, de caráter seguidor, gregário, servil (BARTHES, s/d, p.15). Uma literatura que visasse à subversão dos padrões hegemônicos, como aquela de que precisavam o Brasil, Angola e Moçambique, por exemplo, instaurando uma nova ordem, tinha que “inovar”. Assim fez Rosa, pois, antes de sua obra despontar, como bem notou Mia Couto, a:

Linguagem mediada entre classes cultas e os sertanejos quase não existia no Brasil. Através de uma linguagem reinventada com a participação dos componentes culturais africanos também nós em Angola e Moçambique procurávamos uma arte em que os excluídos pudessem participar da invenção da sua História (COUTO, 2009b, p.120-1).

Conforme denunciou Mia Couto, o seu “país tem países diversos dentro, profundamente divididos entre universos culturais e sociais variados” (COUTO, 2009b, p.123), semelhantemente ao “Brasil, que não conhece o Brasil”<sup>3</sup>, de tão grande e diverso que é. E essa foi, esteticamente – ou poeticamente, depende do olhar do crítico, do instrumental de que se nutre, da ferramenta que utiliza para observar o objeto de leitura –..., foi uma razão que muito contribuiu para a boa recepção que a obra de Guimarães Rosa teve em África, já que, como registrou Mia Couto, naquela época, “nós vivemos em Angola e Moçambique uma certa saturação de um discurso literário funcional. Mais que funcional: funcionário” (COUTO, 2009b, p.121).

---

<sup>3</sup> <http://letras.mus.br/aldir-blanc/394185/>

Disso se entende por que Mia Couto afirma que João Guimarães Rosa foi:

Um autor brasileiro (que) influenciou (...) escritores africanos de língua portuguesa (o caso paradigmático será o Luandino Vieira, mas há outros como o angolano Boaventura Cardoso, os moçambicanos Ascêncio de Freitas e Tomaz Vieira Mário). (...)

Haveria uma predisposição orgânica em Moçambique e Angola para receber essa influência, e essa predisposição está para além da literatura (COUTO, 2009b, p.115).

E foi, mesmo, como assegura Mia Couto, uma “poderosa influência que João Guimarães Rosa teve em alguma da literatura africana de língua portuguesa” (COUTO, 2009b, p.113-4). O outro escritor, dentre os dois que Mia Couto destaca daquela plêiade já antes aqui referida, é Jorge Amado. Segundo ele:

Nas décadas de 50, 60 e 70, os livros de Jorge cruzaram o Atlântico e causaram um impacto extraordinário no nosso imaginário colectivo.

É preciso dizer que o escritor baiano não viajava sozinho: com ele chegavam Manuel Bandeira, Lins do Rego, Jorge de Lima, Érico Veríssimo, Raquel de Queiroz, Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e tantos, tantos outros (COUTO, 2009, p.66).

Contudo, dentre todos os outros, como salienta Mia Couto, “Jorge Amado não foi apenas o mais lido (...). Ele foi o escritor que maior influência teve na gênese da literatura dos países africanos que falam português” (COUTO, 2009, p.65), pois, como adverte, “no fundo, Jorge Amado nos fazia regressar a nós mesmos” (COUTO, 2009, p.68). Se Guimarães Rosa levava-lhes os sertões – no plural mesmo – de um vasto e diversificado Brasil, Jorge Amado levava-lhes, então, o litoral baiano, as plantações de cacau, a beira-mar, os cais. Nas palavras de Mia Couto:

Jorge não escrevia livros, ele escrevia um país. E não era apenas um autor que nos chegava. Era um Brasil todo inteiro que regressava a África. Havia pois outra nação que era longínqua mas não nos era exterior. E nós precisávamos desse Brasil como quem carece de um sonho que nunca antes soubéramos ter. Podia ser um Brasil tipificado e mistificado, mas era um

espaço mágico onde nos renascíamos criadores de histórias e produtores de felicidade (COUTO, 2009, p.68-9).

Com Jorge Amado, junto a Guimarães Rosa, chegava à África – e ao mundo – um Brasil mais interior, mas de dentro e de fora, mais das bordas e dos recheios. E, para os angolanos e moçambicanos, isso se dava em um momento de singular importância, uma vez que, como adverte Mia Couto, “descobríamos essa nação num momento histórico em que nos faltava ser nação. O Brasil – tão cheio de África, tão cheio da nossa língua e da nossa religiosidade – nos entregava essa margem que nos faltava para sermos rio” (COUTO, 2009, p.69). Dava-se a completude do ato contra-hegemônico que as literaturas de Brasil, Angola ou Moçambique precisavam, e o modelo poético/estético dessa nova arte cruzava o mar em viagem de regresso, de volta, refluxo, reverso em relação à viagem cabralina, na despedida de um século, o XVI, antessala dos novos tempos seiscentistas.

Segundo revela Mia Couto,

O encontro com o nosso irmão brasileiro [Jorge Amado] surgia, pois, com o épico sabor da afronta e da clandestinidade. A circunstância de partilharmos os mesmos subterrâneos da liberdade também contribuiu para a mística da escrita e do escritor. O angolano Luandino Vieira, que foi condenado a 14 anos de prisão no Campo de Concentração do Tarrafal, em 1964 fez passar para além das grades uma carta em que pedia o seguinte: ‘Enviem o meu manuscrito ao Jorge Amado para ver se ele consegue publicar lá, no Brasil’ (COUTO, 2009, p.69).

Jorge Amado espelhava a esperança despertada, pouco antes, pelo contato com a obra de Guimarães Rosa, e, como nos disse Mia Couto, em relação àquele momento,

Na altura, nós carecíamos de um português sem Portugal, de um idioma que, sendo do Outro, nos ajudasse a encontrar uma identidade própria. Até se dar o encontro com o português brasileiro, nós falávamos uma língua que não nos falava. E ter uma língua assim, apenas por metade, é um outro modo de viver calado. Jorge Amado e os brasileiros, mais nos devolviam a fala, num outro português, mais açucarado, mais dançável, mais a jeito de ser nosso (COUTO, 2009, p.70).

E, segundo nos conta o escritor moçambicano, “Craveirinha falava dessa grande dádiva que é podermos sonhar em casa. Foi isso que Jorge Amado nos deu. E foi isso que fez Amado ser nosso, africano, e nos fez, a nós, sermos brasileiros” (COUTO, 2009, p.71). O escritor baiano foi, em terras da África lusófona, bastante laureado. Como revela Mia Couto, na seguinte passagem:

Em Angola, o poeta Mário António e o cantor Ruy Mingas compuseram uma canção que dizia:

*Quando li Jubiabá  
me acreditei António Balduino.  
Meu Primo, que nunca o leu  
ficou Zeca Camarão.*

E era esse o sentimento: António Balduino já morava em Maputo e em Luanda antes de viver como personagem literária. O mesmo sucedia com Vadinho, com Guma, com Pedro Bala, com Tieta, com Dona Flor e Gabriela e com tantas outras personagens fantásticas (COUTO, 2009, p.68).

Ou, ainda, quando Mia Couto nos diz que:

O escritor Gabriel Mariano, de Cabo Verde, escreveu o seguinte: ‘Para mim a descoberta de Amado foi um alumbramento porque eu lia os seus livros e estava a ver a minha terra. E quando encontrei o Quincas Berro d’Água eu estava a vê-lo na Ilha de São Vicente, na minha Rua de Passá Sabe...’ (COUTO, 2009, p.67).

E, mesmo, quando ele nos revela que:

Os poetas nacionalistas moçambicanos e angolanos ergueram Amado como uma bandeira. Há um poema da nossa Noémia de Sousa que se chama “Poema de João”, escrito em 1949, e que começa assim:

*João era jovem como nós  
João tinha os olhos despertos,  
As mãos estendidas para a frente,  
A cabeça projectada para amanhã,  
João amava os livros que tinham alma e carne  
João amava a poesia de Jorge Amado* (COUTO, 2009, p.69-70).

Nem ele próprio, Mia Couto, por vontade de si ou por consequência da vida, ficou imune à marcante presença de Jorge Amado. Segundo nos confidencia:

Em minha casa, meu pai – que era e é poeta – deu o nome de Jorge a um filho e de Amado a um outro. Apenas eu escapei dessa nomeação referencial. Recordo-me de que, na minha família, a paixão brasileira se repartia entre Graciliano Ramos e Jorge Amado. Mas não havia disputa: Graciliano revelava o osso e a pedra da nação brasileira. Amado exaltava a carne e a esta desse mesmo Brasil (COUTO, 2009, p.66).

E a grande glória, se assim se pode dizer, teria vindo, segundo Mia Couto, na voz do:

Poeta maior de Moçambique, José Craveirinha, [que] disse o seguinte numa entrevista: ‘(...) numa dada altura, porém, nós nos libertamos com a ajuda dos brasileiros. E toda a nossa literatura passou a ser um reflexo da literatura brasileira. Quando chegou o Jorge Amado, nós tínhamos chegado a nossa própria casa’ (COUTO, 2009, p.70-1).

Sendo “verdadeira” toda essa história contada por Mia Couto, pode-se, com ele, levar adiante que “José Craveirinha (...), Ruy Knopfly, Luis Carlos Patraquim e tantos outros, todos eles confessam as suas influências e o modo marcante como o Brasil ajudou a encontrar os nossos caminhos próprios” (COUTO, 2005, p.105), e, desse modo, “os povos moçambicano e brasileiro não apenas partilhavam uma mesma língua, mas partilhavam aquilo que nessa língua surgia como elemento distintivo do português de Portugal” (COUTO, 2005, p.105). Trata-se, segundo Mia Couto, do “desafio de procura incessante de uma identidade plural que ainda hoje enfrenta o Brasil. O mesmo desafio enfrenta Moçambique” (COUTO, 2005, p.112).

Mia Couto falou de muitos escritores, mas, sobre si mesmo, teve a sábia humildade de afirmar que o seu percurso foi “marcado pela poesia e tenho que prestar homenagem a poetas como João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, e, sobretudo, Adélia Prado. Mas o meu encontro é essencialmente com João Guimarães Rosa” (COUTO, 2005, p.106).

## Considerações Finais

Podemos afirmar, sem retomar o mote da abertura, que nos pôs a risco dos ferrolhos, que não só de idas, fluxos ou versos, muito menos de voltas, refluxos ou reversos se fazem as histórias – “verdadeiras” ou “falsas”, “fatuais” ou “ficcionalis” – da afrobrasilidade ou brasilafricanidade, porque, se nos nossos tabuleiros da baiana tem “vatapá, (...) carurú, mugunzá, (...) umbu, (...) candomblé”<sup>4</sup>; nos nossos ritmos musicais, samba, jongo, carimbó, catimbó; nas nossas religiões, há Xangô, Ogun, Oxossi, Oxalá... Oxum, Iansã, Iemanjá... Na literatura africana de língua portuguesa, encontram-se influências de muitos de nossos escritores, percursos poético-estéticos originados nas nossas vanguardas, experimentos de experiências nossas.

E por que esse caminho às avessas? Para não ser preconceituoso, reacionário, conservador, branco-euro-cêntrico... Para (re)afirmar a unidade linguística, religiosa, artística, cultural e histórica, em sentido lato, que promovem e garantem nossa condição de afro-brasileiros, afro-descentes, brasileiros. Seres de mais de um continente, voltados para mais de um oceano, comunicantes em variadas línguas, abertos ao mundo, ainda que, em primeiro momento, ao mundo da lusofonia, sem pudores de empregar o termo designativo, mesmo sabendo-o derivado de Luso, que não era português, senão que “suposto filho ou companheiro de Baco, o deus romano do vinho e do furor, a quem a mitologia terá atribuído a fundação da Lusitânia, as atuais terras de Portugal e da Extremadura espanhola”<sup>5</sup>. Salve Luso! Salve Baco! Patakori Ogun! Kaô Kabiesilê Xangô! Eparrê Iansã! Ora iê iê ô Oxum! Epa Babá Oxalá!

## Referências

BARTHES, Roland. “Aula”. São Paulo, SP: Cultrix, [s/d].

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 28 set. 2012.

<sup>4</sup> <http://letras.mus.br/ary-barroso/322008/>

<sup>5</sup> <http://www.10pt.org/2011/05/luso-que/>

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 28 set. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 28 set. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE nº 1**, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-

Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

COUTO, Mia. "O sertão brasileiro na savana moçambicana". In: **Pensatempos**. 2ed. Lisboa: Caminho, 2005. p.103-112.

\_\_\_\_\_. "Sonhar em casa". In: **E se Obama fosse africano e outras intervenções**. Lisboa: Caminho, 2009. p.65-71.

\_\_\_\_\_. "Encontros e encantos – Guimarães Rosa". In: **E se Obama fosse africano e outras intervenções**. Lisboa: Caminho, 2009b. p.113-125.

\_\_\_\_\_. "O Zambeze desaguando na Amazônia". In: **Pensageiro frequente**. 2ed. Lisboa: Caminho, 2010. 89-92.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação de Cursos. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2012/instrumento\\_com\\_alteracoes\\_maio\\_12.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2012.

**Recebido em: 01/10/2012. Aceito em: 24/10/2012.**